

A preservação da informação em relação ao patrimônio cultural na atualidade

Preserving the information regarding the cultural heritage in the present

por [Célia Pereira Ribeiro](#) e [Erik André de Nazaré Pires](#)

Resumo: Aborda a preservação da informação no tocante ao patrimônio cultural, mostrando quais são os elementos constituintes na contemporaneidade que estão presentes quando se fala em preservação informacional. O estudo tem o fito de mostrar aspectos que norteiam a preservação da informação e dão suporte para se realizar essa atividade com aparato tecnológico na contemporaneidade. Fundamenta-se no transcurso do desenvolvimento, quanto a sua natureza por meio da pesquisa bibliográfica e no seu objetivo pela pesquisa exploratória. Por fim, entende-se que preservar compete em atividade que necessita de destreza e proficiência, e hoje as tecnologias vem a facilitar esse procedimento fundamental para salvaguardar as tipologias informacionais, independente do suporte que estão armazenadas.

Palavras-chave: Documentação. Preservação. Disseminação.

Abstract: Discusses the preservation of information in relation to cultural heritage, showing which are the constituents that are present in contemporary when it comes to preserving informational. The study has the aim to show aspects that govern the preservation of information and support to make this activity with the contemporary technological apparatus. Is based on the course of development, as its nature through literature search and exploratory research by its purpose.

Finally, it is understood that preserving competes in activity that requires skill and proficiency, and today the technology is to facilitate this procedure to safeguard the fundamental informational typologies, independent media that are stored.

Keywords: Documentation. Preservation. Dissemination.

Introdução

A preservação das informações registradas em diferentes suportes permite que a biblioteca cumpra seu papel *socializador* do conhecimento humano, além de assegurar o acesso às gerações futuras. Da mesma forma há que ser pensada a questão da *recuperabilidade* desses conteúdos no futuro, o que depende de mecanismos eficientes de preservação dessas fontes que estão disponibilizadas, na sua grande maioria de forma gratuita na grande rede mundial de computadores.

Tendo como esse escopo inicial, o estudo visa mostrar aspectos que norteiam a preservação da informação e dão suporte para se realizar essa atividade com aparato tecnológico na contemporaneidade. Os desdobramentos acarretam em: apresentar um arcabouço teórico sobre preservação de documentos e preservação no âmbito do contexto cultural e documental e identificar quais os benefícios oriundos da microfilmagem e preservação digital. A questão norteadora para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se da seguinte indagação: Por que o patrimônio cultural é importante no que tange a representação histórica da população?. Dessa forma o estudo torna-se importante por tratar de uma temática que está em consonância com os elementos basilares biblioteconômicos no atual contexto informacional em se tratando de preservação da informação.

Quanto a estruturação, está dividido em outras quatro seções: a segunda trata a respeito do patrimônio cultural perante o seu contexto histórico, cultural e documental, o terceiro tópico aponta para a preservação dos documentos suas nuances históricas e cita exemplo de uma biblioteca que adotou o sistema de digitalização da informação para preservação da mesma, na quarta seção abordaremos os adventos oriundos da microfilmagem, no quinto trabalharemos sobre a preservação digital e como faz-se necessária sua implantação no intuito de promover acesso eficiente a informação e por fim temos as considerações finais e as referências utilizadas para subsidiar o desenvolvimento da pesquisa.

Metodologia

O procedimento metodológico e operacional utilizado se fundamentou no levantamento bibliográfico, o qual forneceu as referências teóricas norteadoras do trabalho, e principalmente o estudo, o qual pode se aplicar a situações de estudo específicas, ou seja, com uma realidade bem delineada a ser observada pelo pesquisador ([Mostafa](#) 1995 apud Oliveira, 2003). Nesse cerne essa condução metodológica é apropriada ter como foco: “abranger bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo,

desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.” ([Marconi; Lakatos](#), 2010, p. 52).

Do ponto de vista da natureza é considerada do tipo exploratória, pois, apresenta como objetivo primordial: *"Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm por objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de intuições"* ([Gil](#), 2009, p. 41). O percurso metodológico utilizado se deve ao fato do estudo ter como missão levar contribuição científica de maneira que se possam desenvolver estudos no futuro com maior rigor de abordagem na sua elaboração.

Preservação do patrimônio no contexto cultural e documental

Para [Costa](#), o termo *"patrimônio"* é de origem latina e deriva de *pater*, que significa pai, referindo-se, portanto, à noção de herança, bens, dotes, deixados de pais para filhos. Tal como complementa [Choay](#) (2001), patrimônio está ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, atualmente ressignificado por diversos adjetivos que o tornaram um conceito *"nômade"*, sendo empregado frequentemente no cotidiano como conjunto de bens, materiais e imateriais, ou seja, tudo aquilo que pertença a uma pessoa suscetível de apreciação econômica.

Assim, se num primeiro momento patrimônio esteve relacionado à herança familiar, onde representava nos bens materiais de uma pequena parcela da população, a partir do século XVIII, com a construção do *Estado Nação*, essa palavra passou a designar os bens materiais pertencentes a uma *"nação"*, os quais são protegidos por lei. No entanto, esses bens seguiram privilegiando uma pequena parcela da população. Somente no século XX é que o patrimônio começa a se constituir como fruto da memória da sociedade, não apenas representando os monumentos como, também, o saber fazer, o sentir, o pensar.

No Brasil, o conceito de patrimônio cultural teve seu desenvolvimento a partir das Ciências Sociais e sua estruturação e diretrizes de preservação começaram a ser implantadas pelo Poder Público. Desse modo, nos anos de 1980 representantes das forças políticas nacionais, de grupos de intelectuais e dos órgãos de cultura que desenvolveram diversos estudos para estabelecer noções atuais de patrimônio cultural, ou seja, um conceito mais dinâmico e que incorporou a tradição popular até então negligenciada como uma produção inferior. Nesse processo é importante considerar a necessidade da preservação desse patrimônio cultural, prática iniciada na Europa, onde, segundo [Choay](#) (2001), voltava-se principalmente para os monumentos remanescentes da Antiguidade, para as Igrejas e castelos da Idade Média, o que paulatinamente foi se expandindo pelo continente europeu.

Ainda de acordo com a autora, as práticas de conservação, em atenção à noção de patrimônio teve um crescimento significativo, tanto na dimensão geográfica quanto cronológica, quando se passou a valorizar monumentos históricos dos séculos XII, XVII, as arquiteturas dos séculos XIX e os mais recentes monumentos do século XX, o que se deu mais amplamente a partir da Segunda Grande Guerra Mundial. Essa ampliação da noção de monumento histórico resultou na valorização não apenas da arquitetura monumental, mas, também, da arquitetura menor, termo italiano usado para identificar as construções privadas de caráter não monumental.

Dessa forma, preservar é assegurar as condições mínimas para acesso ao legado cultural da humanidade no futuro. Exemplifico, nesse sentido, a preservação dos conteúdos dos recortes de jornais locais que trazem informações sobre os traços culturais de uma determinada sociedade. Todavia, com o movimento temporal, a inovação tecnológica culminou no aprimoramento das técnicas de comunicação, de modo que ao lado do jornal tradicional coexiste o jornal eletrônico, os quais constituem fontes de informações demandadas pelos usuários da *Biblioteca "Ernesto Cruz"*. Neste caso particular, a mídia digital vem sendo empregada para a preservação de matérias sobre o patrimônio cultural paraense e amapaense incorporadas à hemeroteca dessa unidade de informação.

Destarte, por intermédio da digitalização dos recortes de jornais que vem sendo desenvolvida na biblioteca, destaco uma forma para minimizar não só a questão da falta de espaço para armazenamento do suporte tradicional como, também, inquietado quanto a questão da preservação da informação, pois o material em que os jornais são impressos é frágil e de fácil deterioração.

Sem assim, a importância da sensibilização da sociedade para a preservação do patrimônio documental, notadamente por estar estruturado a partir das informações que representam e registram a memória das sociedades letradas. Entretanto, conforme observado por Rezende, a preservação do patrimônio documental pode ser considerada relativamente como algo novo no Brasil, pois, neste, a tradição associada ao conceito de patrimônio esteve sempre voltada preferencialmente para um viés artístico/cultural, focalizando, sobretudo, as obras de artes reconhecidas e os bens imóveis. [Silva](#) (2003) corrobora Rezende ao analisar a importância da preservação do patrimônio documental não apenas como fonte de conhecimento e consulta, mas, também, por preservar a memória institucional.

Com efeito, é preciso considerar no processo de preservação e conservação do documento, que o papel utilizado na impressão do jornal é frágil, considerando, também, os fatores internos e externos que interferem no processo de preservação desse suporte e de seu conteúdo, tal qual as preocupações com a temperatura, a luminosidade, a poluição atmosférica, os insetos e a ação humana. Vistos esses aspectos, o que se segue diz respeito às questões que inquietam contemporaneamente bibliotecários, arquivistas e outros profissionais da área de informação.

Preservação de documentos

Conforme [Bartal, Alegro e Lopes](#) (1996), a preocupação com a recuperação da informação iniciou desde quando a humanidade registrou seus primeiros feitos, o que foi motivado por diversas necessidades, tal como pela simples curiosidade até a prova dos fatos. Para [Melo](#) (1998 apud Bartalo; Alegro; Lopes, 1996, p.49), *“a criação, o registro e a disseminação do conhecimento tem sido apontados pela literatura como formas de libertação do homem”*. Libertação no sentido de posicionar o homem como um ser histórico tanto no tempo como no espaço em que vive, dando a ele a possibilidade de usufruir desses conhecimentos acumulados ao longo das gerações. Nas bibliotecas, nos arquivos e nos museus, mais precisamente nos fóruns e espaços de debate dos profissionais da documentação, vem sendo discutida a necessidade de criação de programas de preservação de acervos formados por diferentes tipos de suporte.

Desse modo, ao pensar em um problema de tal ordem, é imperativo entender a noção de preservação, uma vez que esta tem estado na base desses debates. Logo, a preservação pode ser compreendida como: *“uma consciência, mentalidade, política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger e salvaguardar o patrimônio. Resguardar o bem cultural, prevenindo possíveis malefícios e proporcionando a este condições adequadas de “saúde”. É o controle ambiental, composto por técnicas preventivas que envolvam o manuseio, acondicionamento, transporte e exposição”* (Sá 1993 apud [Sarmiento](#), 2003, p. 2).

A partir do exposto, observa-se que se trata de uma estratégia marcada por procedimentos preventivos, que ao assumirem uma direção política, quer individual ou institucional, resultam em diretrizes voltadas para a proteção de determinados objetos ou bens, o que logo evidencia uma preocupação com a continuidade deste em sua materialidade. No caso dos documentos impressos, a preocupação reside não no suporte em si, mas na preservação dos conteúdos. Nesta perspectiva, ao se desenvolver nos anos de 1960 a Ciência da Informação (*Information Science*) com a finalidade de estudar os processos de produção, disseminação e uso da informação, despontando como uma ciência interdisciplinar nova, num contexto em que a informática e as telecomunicações revolucionavam os processos comunicacionais, a informação se sobrepõe ao documento, ganhando proporções fenomenais.

Neste ponto, [Castells](#) (1999) considera a informação como fator de desenvolvimento para qualquer nação no atual estágio do capitalismo. Porém, ainda que essa ciência orientasse seus estudos para a quantidade crescente de informações produzidas e colocadas em circulação na sociedade, a questão da preservação não se colocava como a de maior força, pois como bem coloca [Hazer \(1997\), Arellano e Andrade \(2006\)](#), esta ainda é uma preocupação recente para bibliotecários e arquivistas. Mas como pensar na preservação de jornais, os quais diariamente circulam divulgando grande quantidade de informações, inclusive sobre o patrimônio cultural?

Para representar esse cenário de fluxo da informação, utilizaremos como exemplo real: o caso do *Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*, localizado em Belém-Pará e como

fontes para preservação da informação, os jornais. No qual será descrito a seguir. A necessidade de organizar e preservar os recortes de jornais, visando racionalizar a recuperação da informação se mostrou necessária pelo grande volume de consultas que usuários internos e externos à *Biblioteca “Ernesto Cruz”* realizam diariamente na Superintendência Regional do Estado do Pará e Amapá, IPHAN. Porém, como o jornal é um tipo de documento facilmente fragilizado pelo uso contínuo, ele também se acumula com muita facilidade, evidenciando dois problemas críticos do ponto de vista da preservação.

Desse modo, optou-se pela digitalização de recortes para que, com a mudança de suporte, a recuperação das informações se torne mais rápida e eficiente, e, ao mesmo tempo, ajudar na preservação do acervo. Contudo, a incorporação de matérias de jornais eletrônicos e a digitalização da versão impressa vinham sendo realizadas desde 2007, mas sem considerar a digitalização do acervo impresso anteriormente existente no arquivo da *Biblioteca “Ernesto Cruz”* e de difícil recuperação. Segundo [Solis; Ishaq](#) (1987, p. 186) a proteção dos documentos arquivísticos foi objeto de atenção desde a promulgação do *Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*, onde no *Artigo 1º define como patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público, “quer por sua vinculação com fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, ressaltando que, naquela época, não existiam diferenças conceituais incorporadas às práticas que diferenciavam os tratamentos dos acervos bibliográficos e documentais de valor histórico e cultural.* [Solis; Ishaq](#) (1987, p. 187) asseveram que: *“ao contrário, os acervos documentais reconhecidos como historicamente dignos de cuidados eram, não raro, identificados com aqueles existentes nas seções de manuscritos das bibliotecas públicas e privadas”*.

Quando mencionamos a preservação de documentos, não podemos esquecer o fato de que se está digitalizando os recortes de jornais para obter o menor contato humano possível com os documentos originais, tendo em vista o risco de deterioração. No entanto, medidas preventivas podem ser tomadas para controlar ou amenizar a deterioração desses documentos em direção ao acesso futuro aos conteúdos neles registrados.

Microfilmagem

A microfilmagem pode ser aplicada em documentos particulares e oficiais, por meio dos processos rotativos e planetários, tem valor jurídico e substitui o documento original, sendo que as cópias obtidas dos filmes produzem os mesmos efeitos em juízo ou fora dele. Ressalto que se trata de um sistema rápido, eficaz e econômico de gerenciamento e preservação de informações, que proporciona ganhos consideráveis em segurança, organização e, principalmente, espaço de armazenamento ([Alves](#), 1980).

A microfilmagem é um sistema que permite preservar informações e gerenciá-las, por meio da capacitação das imagens de documentos por processo fotográfico. É uma técnica que propicia de maneira prática, fácil e econômica, registrar, distribuir e localizar dados manuscritos, registros impressos ou ilustrados. No entanto, a microfilmagem traz vantagens e desvantagens no seu uso, tais como descritos no documento *Microfilmagem: Vantagens: Segurança, preservação das informações em caso de incêndio, inundações e roubo; redução de espaço e peso em mais de 90%; baixo custo de transporte; facilidade de acesso à documentação rara e única; durabilidade, seguindo rigorosamente as normas de preservação pode durar até quatrocentos (400) anos; dificulta a ação de falsificadores; oferece melhores condições de trabalho; Permite a integridade do arquivo; Favorece o sigilo.*

Desvantagens: Alto custo dos materiais e equipamentos, na maioria importados; difícil comparação de duas imagens de um mesmo microfilme; O documento perde o seu valor intrínseco, por exemplo, não permite que se veja a pressão exercida para se escrever; nem sempre é possível termos uma imagem bem legível de documentos que se encontram em mau estado, pois a microfilmagem não ressuscita a imagem do documento original.

Preservação digital

[Tammaro](#) (2008) observa que um dos pontos fortes do documento digital é sua manipulação, podendo ser formatado e reformatado em diferentes combinações, mas sempre mantendo intacto o original. Quando o documento é digitalizado essas combinações podem ser utilizadas em um processo de restauro virtual, onde podem ser aplicadas todas as diferentes técnicas para o preenchimento das

lacunas. A possibilidade de jogar com contrastes cromáticos, com a iluminação e a ampliação de microporções do suporte, permite a recuperação de uma série de dados que estavam totalmente inacessíveis à vista desarmada ou a qualquer instrumento analógico, mesmo o mais complexo (Tammaro, 2008, p. 10).

Logo, a preservação dos documentos seja no suporte papel ou digital precisam de política, estratégias e ações contínuas para garantir o acesso ao conteúdo em longo prazo. No caso do documento digital, a preservação dependerá principalmente da solução tecnológica adotada e dos custos que ela envolve (Arellano, 2004). Tammaro (2008) corrobora com Arellano (2004) sobre o fato de que a preservação de documentos digitais não diz respeito apenas à fragilidade do suporte e à obsolescência tecnológica, mas, também, ao componente técnico e político.

A fragilidade dos suportes magnéticos e óticos de armazenamento de documentos digitais tem uma expectativa de vida limitada, estando sujeitos a danos e perdas de dados, muito embora o suporte se mantenha íntegro. Noutra perspectiva, a obsolescência tecnológica dos equipamentos e dos programas de computador exige uma constante atualização de hardware e software, a fim de que os dados digitais fixados no suporte sejam acessíveis, pois como é sabido, a informação digital depende desses componentes para ser lida.

Ainda segundo Tammaro (2008), a preservação tem a finalidade de garantir o acesso à informação digital e, para algumas decisões, será necessário adotar a combinação de estratégias que, em geral, incluem: Cópias da informação digital em suporte mais novos; Preservação da tecnologia: exemplo (*disquete, CD, DVD*); A gravação do dispositivo digital de informação no ambiente correto e conforme processos consentâneos de armazenamento e tratamento (migração); Emulação do ambiente necessário de equipamento e programa e conservação do suporte da informação.

Para Cunha (2000 apud Arellano, 2004), nos últimos anos funções básicas da biblioteca estão correndo risco de extinção como é o caso da “*provisão de acesso à informação e a preservação do conhecimento para futuras gerações*”. Com o grande aumento do volume de informações em formato digital, torna-se necessário, cada vez mais, questionar a importância de se ter a garantia da disponibilidade e a preservação dos estoques do conhecimento humano por um grande período de tempo.

Nesse cenário de riscos e incertezas, o maior problema para a preservação digital é que a tecnologia digital muda constantemente e, com isso, impõe-se a necessidade de fazer a migração das informações para novos suportes, sem perder de foco as alterações de software e de formatos. Conforme Arellano (2004), os principais métodos de preservação digital são os *Métodos Estruturais e os Métodos Operacionais*. Os estruturais estão relacionados ao investimento que as instituições que pretendem adotar algum processo de preservação devem implementar, tal como a adoção de padrões, a elaboração de normas, os metadados de preservação digital, a montagem de infraestrutura e formação de consórcios. No que concerne aos Métodos Operacionais, os mesmos estão relacionados às estratégias que englobam os novos requisitos de preservação, como conservação de software/hardware, migração de suporte (preservação física), conversão de formatos, emulação (*preservação lógica*) e preservação do conteúdo (*intelectual*).

Por conseguinte, a implementação de estratégias de preservação da informação em forma de noticiários e materiais informativos sobre os bens culturais no estado do Pará e do Amapá com a perspectiva de disseminação e do uso no futuro são desafios sobre os quais o corpo de profissionais do IPHAN precisam refletir. Logo, é importante observar a fragilidade desse suporte, pois o papel utilizado na produção do jornal é sujeito a rasgos, tal como registrado por Versiani e Coelho (2006?) quanto à hemeroteca da *Biblioteca Amadeu Amaral (BAA)* do *Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)*. Desse modo, se a preservação desempenha um papel importante no contexto das unidades de informação como bibliotecas e arquivos, a escolha dos meios mais eficientes levando em consideração os recursos materiais e humanos disponíveis ainda precisa ser mais discutida na área da Ciência da Informação.

Considerações finais

Diante do exposto, percebemos que a informação faz parte da matéria-prima essencial para o ser

humano, pois, é através da mesma que angariamos e colocamos em prática conhecimento que adquirimos no cotidiano. A preservação está presente de forma pertinente na vida profissional do bibliotecário, principalmente no que se refere a facilitar o acesso ao usuário, pois, material preservado de maneira consistente oferta ao consulente a possibilidade de ser utilizado com presteza e conforto, propiciando angariar conhecimento com qualidade. O estudo aponta para uma realidade que demanda atenção institucional, haja vista que toda a atividade de identificação, estudo, proteção e promoção do patrimônio cultural impescinde do acesso à informação.

Bibliografia

ALVES, Francisco Guilherme Vasconcelos; FERNANDES, Maria Aleuda; BARRETO, Pedro Carlos de Brito. Microfilmagem para executivos e usuários. 2. ed. Fortaleza: DNOCS, 1980.

ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ ago. 2004. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/305/271>>. Acesso em: 3 de mar. 2013.

ARELLANO, Miguel Angel; ANDRADE, Ricardo Sodré. Preservação digital e os profissionais da informação. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 5, out. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out06/Art_05.htm>. Acesso em: 17 de jul. 2013.

BARTALO, Linete; ALEGRO, Regina Célia; LOPES, Vera Lúcia Guiselli. Índice de documentos históricos: visão multidisciplinar das áreas de biblioteconomia, história e informática. *Informação e Informação*, Londrina, v. 33, n. 2, p. 49-55, 1996. Disponível em: <www2.uel.br/revistas/informacao/include/getdoc.php?id=46&article=16&mode=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era de informação: economia, sociedade e cultura; 1).

COSTA, Alcidea Coelho. [200-]. Educação patrimonial como instrumento de preservação. Disponível Em: <<http://www.trilhamundos.com.br/Portals/13/Artigo%20Alcidea.pdf>> Acesso em: 9 ago. 2013.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HAZER, Dan C. Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções. In: *ARQUIVO NACIONAL. Planejamento da preservação e gerenciamento de programas*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 1997. p. 3-10.

OLIVEIRA, E. F. T. de. Revendo o debate quantidade-qualidade: tendências da pesquisa na Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 53-62, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000175&dd1=fd82d>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed.

São Paulo: Atlas, 2010.

MICROFILMAGEM de documentos. 2009?. Disponível em: <
<http://www.alinebaggimuniz.vilabol.uol.com.br/filme.html>> Acesso em: 18 mar. 2013.

REZENDE, Darcilene Sena. Patrimônio documental e construção de identidade em tempos de globalização: a classificação arquivística como garantia da pluralidade de memórias [200-?]. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/docs/61.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

SARMENTO, Adriana Godoy da Silveira. Preservar para não restaurar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA, 2, 2003, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2003. Disponível em:<
<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/1-20-c1-20.pdf>> Acesso em: 21 de jul. 2013.

SOLIS, Sydney Sérgio Fernandes; ISHAQ, Vivien. Proteção do Patrimônio documental: tutela ou cooperação?. Revista do Patrimônio histórico e Artístico nacional, Brasília, DF, n. 22, p. 186- 190. 1987.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. A biblioteca digital. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

VERSIANI, Luciana de Noronha; COELHO, Marisa Colnago. Hemeroteca digitalizada preservação de documentos e difusão da informação. 2006? Disponível em: < http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Acoes_CNFC > Acesso em: 20 de jun. 2013.

Sobre o autor / About the Author:

[1] Célia Pereira Ribeiro [2] Erik André de Nazaré Pires

Email de referência: celiapribeiro@yahoo.com.br

[1] Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (2006). Especialização em Patrimônio Cultural pelo IPHAN (2009). [2] Erik André de Nazaré Pires Especializando em Ciência da Informação pelo Centro de Pós-Graduação da Faculdade Integrada Carajás. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará.